

Informe CONSEA

IIª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
17 a 20 de março de 2004 – Olinda/PE



Nº 003
06/10/2003

ESPECIAL SOBRE ORIENTAÇÕES DO TEMÁRIO

**“A construção da Política Nacional
de Segurança Alimentar e Nutricional”**

Orientações de conteúdo temático para as Conferências Municipais, Regionais e Estaduais

Por Segurança Alimentar e Nutricional entende-se a realização do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo realizar-se em bases sustentáveis.

O Brasil, como todo país, deve ser soberano para garantir a segurança alimentar de seu povo (soberania alimentar), respeitando suas múltiplas características culturais, manifestadas no ato de se alimentar. É obrigação do Estado brasileiro, no contexto das relações nacionais e internacionais, assegurar o direito humano à alimentação e efetivá-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas.

Tendo estes conceitos como referência, sugere-se que as conferências de Segurança Alimentar e Nutricional prévias, que serão realizadas nos municípios, regiões e estados, tomem como referência o temário a ser desenvolvido na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a:

- 1) Identificar temas prioritários para serem tratados nas respectivas Conferências municipais, regionais e estaduais;
- 2) Encaminhar proposições e outras sugestões temáticas para a II Conferência Nacional

Os debates e propostas formuladas nas Conferências deverão ter a preocupação de abordar todos os temas, e tratarem, com as perspectivas de equidade de gênero, etnia e raça, e da intersectorialidade das ações em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Sugere-se também que sejam analisados os resultados das Conferências que vêm sendo realizadas por outros setores como cidades, meio ambiente, saúde, etc.

A organização das discussões nas referidas Conferências deve contemplar os seguintes eixos de trabalho:

1. Identificar os principais determinantes da situação de Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira e suas diversidades regionais, sociais, geográficas, etc.

2. Mapear as principais ações e programas que vêm sendo desenvolvidas pelos diferentes níveis de governo e pela sociedade civil;
3. Identificar formas de avaliar a situação de SAN e o impacto das ações e programas governamentais e da sociedade neste campo;
4. Identificar os recursos existentes (humanos, institucionais, financeiros e políticos) para realizar as ações e programas, tanto por parte do governo quanto pela sociedade civil;
5. Propor diretrizes, programas prioritários e ações estratégicas de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional;
6. Propor a institucionalidade de uma política de SAN nos níveis municipal, regional ou estadual, ou seja, o papel das organizações sociais e dos governos, as instâncias de decisão e operacionalização desta política (secretarias, conselhos, aonde e como se promove a articulação dos diferentes setores envolvidos) e os mecanismos de controle social.

Temário da II Conferência Nacional

A Conferência Nacional deverá abordar, inicialmente, na forma de painéis, os seguintes três temas gerais:

1. Contexto internacional e nacional da SAN.
2. Avaliação do Programa Fome Zero e demais ações e políticas de SAN
3. Diretrizes para a política nacional de SAN.

Em seguida, os(as) delegados(as) e convidados(as) serão divididos em grupos temáticos que tratarão dos 17 temas listados a seguir. Sobre estes temas, são apresentadas sugestões para a discussão dos aspectos contidos em cada um deles.

- I. Sistema agroalimentar mundial, organismos e acordos internacionais**
 - As implicações das tendências do sistema agroalimentar mundial para a soberania alimentar e a SAN;
 - A auto-suficiência produtiva em alimentos é ainda uma perspectiva justificável para um país?
 - O comércio internacional de alimentos, a OMC e os acordos internacionais;
 - Codex Alimentarius (normas internacionais sobre condições de produção e consumo dos alimentos): diretrizes, implementação e espaços de representação;
 - Componentes de um código internacional de conduta para a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação;
 - FAO:
 - i. - Cúpulas mundiais de alimentação;
 - ii. - Balanço dos compromissos assumidos;
 - iii. - A proposta de uma Aliança Mundial contra a Fome;

- Proposta do Governo Brasileiro para criação de um fundo mundial de combate à fome.

II. Componentes de SAN em um plano nacional de reforma agrária

- A importância da reforma agrária para a segurança alimentar;
- A destinação da produção agroalimentar dos assentamentos rurais para o abastecimento local e regional e para as compras governamentais;
- Programas emergenciais de segurança alimentar e nutricional para acampamentos de reforma agrária;
- Unidades de conservação e demarcação de terras indígenas e quilombolas.

III. Políticas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e do agroextrativismo

- Papel da agricultura familiar para a segurança alimentar e sustentabilidade do sistema alimentar;
- Aperfeiçoamentos no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para fortalecer a perspectiva da segurança alimentar e nutricional; avaliação do Plano de Safra 2003/2004;
- Medidas necessárias para o fortalecimento da agricultura familiar e do agroextrativismo;
- Alternativas ao modelo convencional de produção agropecuária;
- Políticas emergenciais de segurança alimentar e nutricional voltadas para os segmentos mais vulneráveis das famílias rurais.

IV. Sementes, recursos genéticos e a questão dos transgênicos

- Patrimônio genético e a segurança alimentar;
- Transgênicos: aspectos produtivos, de saúde e de meio ambiente; regulamentação;
- Manejo de recursos naturais e conservação da biodiversidade, regulamentação da legislação de acesso aos recursos genéticos;
- Sementes – estímulo à produção, conservação e resgate de variedades tradicionais, mercado e controle privado, a questão das leis de patentes e de cultivares;
- Transgênicos – princípio da precaução – componentes ambientais, de saúde humana e de soberania alimentar.

V. Acesso aos alimentos e educação para o consumo alimentar

- Fatores determinantes da limitação de acesso aos alimentos nos planos econômico, social e familiar;
- Formas de acesso aos alimentos nas áreas urbanas e rurais (inclusive produção própria); mecanismos de ampliação do acesso a alimentos de qualidade nutricional e sanitária;
- Abastecimento alimentar: estruturas públicas e privadas de armazenamento e distribuição (Entrepósitos, varejões, mercados, etc);
- Educação para o consumo alimentar: formas de realização (metodologias, instrumentos e conteúdos); desperdício dos alimentos.

VI. Ações de promoção e vigilância em nutrição e saúde

- Vigilância Alimentar e Nutricional: importância e grau de implementação; os componentes alimentar e nutricional;
- Mecanismos de acesso da população aos programas;

- Promoção da saúde nas diferentes fases do ciclo de vida (gestante, nutriz, criança, adolescente e idoso);
- Atividades de alimentação e nutrição nas ações básicas de saúde (PSF e PAC's), educação e assistência social: público-alvo, cobertura, recursos humanos, apoio logístico, informações básicas, supervisão;
- Programas para grupos portadores de necessidades especiais.

VII. Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches

- Avaliação do programa de alimentação escolar - Alimentação escolar para as diversas faixas etárias - Educação infantil, pré- escolar, ensino fundamental e nível médio;
- Alimentação escolar e hábitos alimentares: aspectos nutricionais; diversidade regional;
- Escolas: espaço para a formação de hábitos alimentares saudáveis; a experiência das hortas escolares;
- Propostas para uma política de educação nutricional.

VIII. Preservação da cultura alimentar

- Valor cultural dos alimentos; alimentos e identidade cultural;
- Promoção de práticas alimentares saudáveis e o respeito à diversidade cultural;
- SAN e o etno-desenvolvimento: povos indígenas, quilombolas e camponeses.

IX. Indicadores de SAN

- Indicadores de SAN e dados existentes;
- Indicadores adequados para: diagnóstico e situação de SAN; avaliação de impacto das ações; acompanhamento das decisões governamentais;
- Indicadores de gestão das políticas de SAN.

X. Programas de transferência de renda

- Papel dos programas de transferência de renda para a SAN;
- Critérios para a definição e mecanismos de identificação do público a ser atendido; condicionalidades para o acesso aos programas (frequência à escola, vacinação em dia, etc.);
- Instrumentos para a emancipação (fim da dependência) do público atendido pelos programas;
- Unificação dos programas de transferência de renda, papéis da administração pública nos diversos níveis e da sociedade civil;
- Controle e monitoramento dos programas pela sociedade.

XI. Participação social nas políticas de SAN

- Papel da sociedade civil na formulação e execução de políticas de SAN;
- Participação social nos CONSEA's (municipais, estaduais e nacional); multiplicidade de conselhos e interação entre eles;
- Outras formas de participação social.

XII. Promoção do direito humano à alimentação

- A consciência do direito humano à alimentação por parte da população e dos governos;
- Instrumentos de promoção e monitoramento da realização desse direito;
- Papel do Poder Judiciário.

XIII. Acesso e uso dos recursos naturais e água

- Recursos naturais, sustentabilidade e SAN;
- Água como alimento essencial e recurso público: acesso universal e uso - conservação de mananciais;
- Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei da Biodiversidade.

XIV. Programas e instrumentos para geração de trabalho e renda

- Trabalho e renda como determinantes da SAN;
- Impactos do desemprego sobre a SAN;
- Formas e instrumentos de geração de trabalho e renda; ações no campo da produção urbana e rural de alimentos e formação de recursos humanos;
- Políticas e programas nos planos nacional, estadual, regional e local.

XV. Alimentação e a promoção de modos de vida saudáveis

- Práticas alimentares saudáveis: do acesso à utilização biológica dos alimentos;
- Políticas de caráter coletivo e ações voltadas para o atendimento individualizado (como combinar estas duas perspectivas);
- Estratégia global de promoção da alimentação saudável, atividade física e saúde: a proposta brasileira;
- Educação nutricional e a promoção de estilos de vida saudável;
- Política de Promoção e Proteção do Aleitamento Materno;
- A rotulagem de alimentos como estratégia de promoção de saúde.

XVI. Mutirões, coleta e doação de alimentos e ações em situações emergenciais

- Mecanismos ágeis de identificação de grupos em situação vulnerável – fome rural e urbana; instrumentos de assistência imediata;
- Mapeamento de grupos, organizações e entidades voltadas para doação de alimentos e assistência aos grupos vulneráveis e excluídos;
- Ações educativas envolvendo doadores e receptores de alimentos;
- Mobilização social para a doação de alimentos e assistência aos grupos vulneráveis;
- Banco de alimentos; projeto “Colheita Urbana”;
- Controle Social sobre estas ações;
- Relação com as políticas públicas.

XVII. Institucionalização das políticas de SAN

- Arenas de articulação intersetorial e de coordenação da política de SAN; avaliação dos CONSEA's (municipais, estaduais e nacional) e propostas de composição e funcionamento;
- Orçamento e gestão das políticas de SAN – legislação e ordenamento jurídico – Lei Orgânica de SAN;

- Envolvimento e papéis de atores estratégicos: organizações sociais, gestores e técnicos;
- Atribuições dos diversos níveis de governo (municipal, estadual, federal).

A COMISSÃO ORGANIZADORA

SECRETARIA DA CONFERÊNCIA

Marcela Elena ou Fábio Gusmão
Tel: (61) 411.3283 ou (61) 411.2173
2conf.san@planalto.gov.br

SECRETARIA DO CONSEA

Anexo I – Sala C2 do Palácio do Planalto
Tel: (61) 411.3282 ou 411.2747
secret.consea@planalto.gov.br